



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XL — Nº 124

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 2 DE OUTUBRO DE 1985

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 298ª SESSÃO CONJUNTA, EM 1º DE OUTUBRO DE 1985

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.2.2 — Requerimento

— Nº 14, de 1985-CN, do Presidente da Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre as Propostas de Emenda à Constituição nºs 43, 44 e 52, de 1985, solicitando prorrogação de prazo para emissão do parecer. **Aprovado.**

1.2.3 — Comunicações das Lideranças do PDS na Câmara dos Deputados e no Senado Federal

— De substituições de membros na Comissão Mista de Orçamento.

1.2.4 — Discursos do Expediente

DEPUTADO DEL BOSCO AMARAL — Elogios à atuação do Dr. Marcos Vilaça à frente da LBA.

DEPUTADO DILSON FANCHIN — Sugestão do Presidente do Sindicato dos Odontologistas do Estado de São Paulo ao Ministério da Saúde, no sentido da instalação de postos de atendimento na área rural, como forma de atrair o profissional desse setor a exercer sua atividade no interior.

DEPUTADO JOSIAS LEITE — Matéria publicada no jornal *Gazeta Mercantil*, de hoje, sobre a realização do VI Congresso Brasileiro de Economistas, ora em realização em Brasília.

DEPUTADO MARCONDES PEREIRA — Reforma bancária.

DEPUTADA CRISTINA TAVARES — Ato de corrupção que estaria ocorrendo no BANDEPE — Banco do Estado de Pernambuco. Visita do Sr. Marcos Freire ao Estado de Pernambuco.

DEPUTADO ADAIL VETTORAZZO — Reforma agrária.

DEPUTADO JOSÉ COLAGROSSI — Trabalho do jornalista Roberto Vassalo, sobre a criação do Ministério dos Municípios.

DEPUTADO CARDOSO ALVES — Considerações sobre a convocação da Assembléia Nacional Constituinte.

DEPUTADO OSWALDO TREVISAN — Esclarecimento do Ministério dos Transportes a respeito de verbas que estão sendo liberadas para o Município de Salvador-BA.

DEPUTADO OSWALDO LIMA FILHO — Reparos a tópicos do pronunciamento da Deputada Cristina Tavares, feito na presente sessão, na parte referente ao Sr. Marcos Freire.

DEPUTADO PAULO MALUF — Reforma tributária.

DEPUTADO FERREIRA MARTINS — Notícias publicadas pelos jornais sobre o Governador Franco Montoro.

DEPUTADO JOSÉ CARLOS VASCONCELOS — Respostas ao pronunciamento da Deputada Cristina Tavares feito na presente sessão.

DEPUTADO HERÁCLITO FORTES — Reparos aos pronunciamentos dos Deputados Paulo Maluf e Ferreira Martins, feitos na presente sessão.

DEPUTADO PEDRO CORREA — Transformação das colônias de pescadores em órgãos de representação classista.

DEPUTADO JOÃO MARQUES — Dia do Vereador

DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON, como Líder — Análise da atitude do povo em relação ao comportamento do PMDB.

DEPUTADO HERÁCLITO FORTES, como Líder — Colocações ao pronunciamento do Deputado Roberto Jefferson.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo nº 18/85-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 2.155, de 30 de julho de 1984, que altera os limites do Benefício Fiscal instituído pelo Decreto-lei nº 1.358, de 12 de novembro de 1974, e dá outras providências. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de quorum.

1.4 — ENCERRAMENTO

Ata da 298ª Sessão Conjunta, em 1º de outubro de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Mário Maia.

ÀS 19 HORAS ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros —

Alexandre Costa — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — César Cals — José Lins — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio —

Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Albano Franco — Lourival Baptista — Heráclito Rollemberg — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO MORAES DA SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00

Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

Franco — Murilo Badaró — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Mauro Borges — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Roberto Wypych — Eneás Faria — Jaison Barreto — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octavio Cardoso.

OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PFL; Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Melo — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB.

Roraima

Assis Canuto — PDS; Francisco Sales — PMDB; Leônidas Ruchid — PDS.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Arnaldo Moraes — PMDB; Benedito Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Gerson Peres — PDS; João Marques — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edson Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PFL; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PFL; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PFL; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Correa Lima — PFL; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PFL.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; César Cals Neto — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PFL; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PFL; Manuel Viana — PMDB; Mauro Sampaio — PMDB; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Ossian Araripe — PFL.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Assunção de Macêdo — PMDB; João Faustino — PFL; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Edme Tavares — PFL; Joacil Pereira — PFL; João Agripino — PMDB; Raymundo Astôra — PMDB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PFL; Herberto Ramos — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Mendonça Bezerra — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Fernando Collor — PMDB; Manoel Affonso — PMDB; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Batalha Góis — PMDB; Celso Carvalho — PDS; Gilton Garcia — PDS; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Ângelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PTB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Felix Mendonça — PTB; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PCB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PC do B; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Mário Lima — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PFL; Virgildácio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PFL; Theodorico Ferraço — PFL.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Aloysio Teixeira — PMDB; Álvaro Valle — PL; Amaral Netto — PDS; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Cleimir Ramos — PDC; Denisar Arnei-

ro — PMDB; Edson Tessier — PTB; Eduardo Galil — PDS; Emmanuel Cruz — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo de Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PSB; José Frejat — PDT; Mário Jurena — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PFL; Sérgio Lomba — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Altair Chagas — PFL; Carlos Eloy — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Dário Tavares — PMDB; Delson Scarano — PDS; Dimas Perrin — PMDB; Emílio Gallo — PFL; Emílio Haddad — PFL; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; Jairo Magalhães — PFL; João Herculino — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Osvaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcelos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PFL; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Ailton Sandoval — PMDB; Alberto Goldman — PCB; Alcides Franciscato — PFL; Aurélio Peres — PC do B; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PFL; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PFL; Horácio Ortiz — PMDB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Camargo — PFL; José Genoíno — PT; Maluly Neto — PFL; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Natal Gale — PFL; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Ricardo Ribeiro — PFL; Roberto Rolimberg — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS;

Iram Saraiva — PMDB; Iturivai Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; José Freire — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Milton Figueiredo — PMDB; Paulo Nogueira — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Rosário Congro Neto — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PFL; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Irineu Brzesinski — PMDB; Ítalo Conti — PFL; José Carlos Martinez — PMDB; Leo de Almeida Neves — PDT; Luiz Antônio Fayet — PFL; Norton Macedo — PFL; Oscar Alves — PFL; Oswaldo Trevisan — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Ernesto de Marco — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PFL; Vilson Kleinubing — PDS.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Darcy Pozza — PDS; Guido Moesch — PDS; Harry Sauer — PMDB; Hermes Zanetti — PMDB; Hugoardini — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Harry Sauer — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clarck Platon — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PFL; Júlio Martins — PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — As listas de presença acusam o comparecimento de 51 Srs. Senadores e 295 Srs. Deputados.

Há número regimental.
Declaro aberta a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, neste plenário, destinada à discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 79, de 1984, que cria o Fundo de Compensação dos Estados, Distrito Federal e Municípios, altera e acrescenta dispositivos da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 14, de 1985-CN

Brasília, em 1º de outubro de 1985

Of. nº 055/85 — SCM.

Senhor Congressista:

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre as Propostas de Emendas à Constituição nºs 43, 44 e 52, de 1985, que "Convocam a Assembléia Nacional Constituinte", solicito a V. Exª a Prorrogação por mais 30 (trinta) dias do prazo concedido a este Órgão para apresentação do parecer, que se encerrará no dia 7 de outubro do corrente.

Outrossim, esclareço que o pedido se justifica pela importância da matéria e que está a exigir um prazo mais dilatado do Relator. Deputado Flávio Bierrenbach, para a elaboração do parecer.

Valho-me do ensejo para renovar a V. Exª os protestos de elevada consideração. **Helvídio Nunes**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Para exame da matéria a que se refere o expediente lido, já foi concedida prorrogação do prazo da Comissão que, inicialmente, findava a 6 de setembro próximo passado.

O § 2º do art. 137 do Regimento Interno do Senado, 1º Subsidiário do Regimento Comum, permite nova prorrogação, mediante deliberação do plenário.

Assim, a Presidência irá submeter a votos a solicitação do Presidente da Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre as Propostas de Emenda à Constituição nºs 43, 44 e 52, de 1985.

Os Srs. Deputados que concordam com a prorrogação do prazo por 30 dias, conforme solicitado, permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

De acordo com a deliberação do Plenário, fica concedida a prorrogação solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Sobre a mesa, comunicações que vão ser lidas pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidas as seguinte

Brasília, 30 de setembro de 1985

Ofício nº 283/85

A Sua Excelência o Senhor

Senador José Fragelli

DD. Presidente do Senado Federal

Nesta

Senhor Presidente:

Tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência que proceda à inclusão dos nomes dos Deputados Santos Filho e Rondon Pacheco em lugar dos nomes dos Deputados José Carlos Fonseca e Gilton Garcia, na representação do Partido Democrático Social — PDS, como suplentes da Comissão Mista de Orçamento para 1986.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência os protestos de estima e consideração. — **Prisco Viana**, Líder do PDS

Brasília, 30 de setembro de 1985

Of. 62/85

Exmº Sr.

Senador José Fragelli

DD. Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente

Nos termos do Parágrafo 1º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de submeter a Vossa Excelência o nome do nobre Senador Lomanto Júnior para integrar em substituição ao nobre Senador Jutahy Magalhães a Comissão Mista de Orçamento.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos de consideração e apreço. — **Muriilo Badaró**, Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Serão feitas as substituições solicitadas.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Del Bosco Amaral

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, nós, os Parlamentares, assistimos, principalmente na Velha República, ao total descaso dos tecnocratas em relação aos pleitos encaminhados pelos Deputados ou Senadores aos órgãos públicos. Quero, agora, tecer elogios à atuação firme — ainda que tenha este senhor assumido a LBA recentemente — do Dr. Marcos Vilaça, que tem respondido a todos os pleitos por nós formulados, de forma positiva ou negativa, em questão de horas. O seu Assessor Parlamentar, Dr. Luiz Arruda, é homem que, em chegando na LBA qualquer manifestação de um parlamentar, ou qualquer telefonema dado por nós pedindo assistência, imediatamente procura trazer aos nossos gabinetes a resposta do Presidente do órgão ou, pelo menos, dá uma satisfação a Senadores e Deputados. Administradores como o Dr. Marcos Vilaça, no momento exato em que acertarem ou errarem, receberão aplausos e críticas, mas têm de ser distinguidos, como se separa o joio do trigo, no que concerne à atenção que dispensam aos Parlamentares. Homens como Marcos Vilaça e alguns Ministros precisam ser nomeados como administradores que dão atenção aos Parlamentares, pois a nossa permanência em Brasília não está adstrita somente ao plenário, mas também está intimamente ligada aos pleitos encaminhados pelas bases às autoridades federais.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Dilson Fanchin.

O SR. DILSON FANCHIN (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estatística divulgada pela imprensa dá conta de existirem, no Brasil, nada menos do que 15 milhões de pessoas desdentadas, perfazendo um total de 1 bilhão de dentes estragados, e o quadro de atendimento ao público é o mesmo de há dez anos atrás, com 70 mil profissionais odontólogos inscritos no País, sendo 30 mil no Estado de São Paulo.

O problema da dentição, em nosso País, advém de causas sociais, antes de tudo. É a pobreza e a miséria impedindo que largas faixas da população possam se alimentar normalmente, daí resultando a carência de vitaminas e a consequente descalcificação das crianças que, ao chegarem à adolescência, praticamente não possuem mais nenhum dente em perfeitas condições.

Graças à fluoretação das águas destinadas ao consumo humano, alguma coisa chegou a ser obtida, particularmente entre a população escolar.

Contudo, a ausência de maciços investimentos oficiais nessa área fez com que a Odontologia se elitizasse de tal forma que passou a ser privilégio de poucos a visita periódica a um consultório dentário particular. O crescente aumento dos custos do material empregado, na maioria importado, contribui ainda mais para onerar um tratamento dentário em nosso País.

Em face desse contexto, a profissão já não fascina os candidatos aos vestibulares, ensejando a proliferação dos práticos, que hoje reclamam até a regulamentação de sua atividade através de lei, havendo projeto nesse sentido em tramitação na Câmara dos Deputados.

Em São Paulo, o Presidente do Sindicato dos Odontologistas daquele Estado, Henrique Motilinski, depois de alertar as autoridades para o fato de que 95% da população não têm condições de tratar os dentes, sugere ao Governo a implantação de uma política de saúde, criando-se uma rede básica de atendimento à população carente, instalando-se, num prazo de cinco anos, em torno de 500 mil postos de atendimento em áreas rurais, como forma de atrair o profissional a exercer sua atividade no interior.

Consideramos válida a sugestão daquele órgão de classe, e dirigimos nosso apelo ao Ministro da Saúde, o médico e parlamentar Carlos Sant'Ana, a que considere a proposta e determine os necessários estudos em sua Pasta para a adoção dessa ou de outra ideia no gênero, desde que redunde em benefício do nosso povo.

Por outro lado, nossas esperanças estão voltadas para os grandes planos de reformas sociais da Nova República, pois todos sabemos que a saúde somente é conquistada e preservada dentro de padrões mínimos de desenvolvimento de uma nação. Enquanto estivermos submissos

e perversas estruturas de um feudalismo arcaico, que remonta ao Brasil-Colônia, associadas a formas contemporâneas de rapinagem econômica, jamais proclamaremos nossa Independência.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Josias Leite.

O SR. JOSIAS LEITE (PDS — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, está-se realizando em Brasília o VI Congresso Brasileiro de Economistas. Sua abertura ocorreu ontem às 10 horas da manhã, sob a presidência do economista Dêrcio Garcia Munhoz.

A *Gazeta Mercantil* de hoje publica matéria sobre o assunto, cujo teor é o seguinte:

“A montagem da proposta orçamentária conduzida pela Secretaria do Planejamento da Presidência da República (Seplan), que unificou e deu transparência aos orçamentos fiscal e monetário, foi duramente criticada ontem na abertura do VI Congresso Brasileiro de Economistas pelo Professor Dêrcio Garcia Munhoz, decano do Departamento de Economia da Universidade de Brasília.

Munhoz chamou de “disfarce” a montagem do orçamento unificado, que, segundo ele, foi feito “para encobrir o déficit fiscal, que só é justificado pelos custos financeiros do déficit público”. O economista argumenta que a equipe do Ministro do Planejamento, João Sayad, criticava a maneira do ex-Ministro Dornelles identificar o déficit sem levar em consideração o aspecto do curso financeiro realimentador do déficit. Com a proposta orçamentária unificada, a Seplan embutiu o custo financeiro da dívida como despesa a ser coberta com recursos do contribuinte, segundo ele.

Para o professor, homenageado neste ano como o economista de 1985, o problema agravava-se, já que o Governo passa a propor aumento de arrecadação fiscal para cobrir o custo financeiro do déficit, quando outros setores da sociedade se encontram visivelmente necessitados. Dêrcio Munhoz identifica na falta de recursos para as universidades e hospitais o privilégio de recursos orçamentários destinados a cobrir o déficit público.

O professor entende que a máquina governamental da Nova República “fechou-se” e o processo de formulação de política econômica “mantém-se idêntico ao passado”. Segundo Munhoz, a Nova República começa a entrar numa fase delicada perante a opinião pública brasileira. Ele acredita que, após o primeiro momento de entusiasmo marcado com a mobilização de rua e da fase de esperança passiva a espera das propostas da nova ordem política, “os brasileiros estão entrando na fase de desencanto”.

Munhoz citou a situação de pobreza de largas camadas da população, o subemprego de mais de 15 milhões de trabalhadores que não se beneficiam da política trabalhista, social e previdenciária, a pouca assistência financeira aos pequenos produtores rurais e “a ameaça de uma derrama fiscal a cada momento”.

“Em vez de se atentar para a injustiça fiscal, de se acabar com as isenções generalizadas, fala-se em elevar impostos”, afirmou o professor.”

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Marcondes Pereira.

O SR. MARCONDES PEREIRA (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a indigitada reforma bancária, que muitos estão chamando, muito apropriadamente, de “reforma de banqueiros”, com a qual se está querendo, entre outros horrores, mutilar o arcabouço jurídico, administrativo, funcional e social do Banco do Brasil, está a merecer a repulsa de quase todos os segmentos da sociedade brasileira, menos um — é lógico — o dos banqueiros.

Se eu tivesse mais tempo neste exíguo espaço do Pequeno Expediente, Sr. Presidente, examinaria o assunto com maior profundidade. Pretendo, portanto, apenas

ensaiar o enunciado das razões pelas quais acredito, e comigo a maioria do povo brasileiro, se deva repudiar, tanto horizontalmente como verticalmente, essa proposta de reforma bancária, que é, além do mais, uma das malditas heranças não só do Governo Figueiredo, como da própria Revolução de Março de 64.

A primeira dessas razões, Srs. Deputados, que poderia ser também a última, porque sintetiza tudo o de ruim que ela representa, é a de que a reforma bancária proposta no limiar da derrota definitiva do autoritarismo não foi nem é uma opção de Governo consciente e soberano, mas foi, e é continua sendo mais uma imposição descabida do Fundo Monetário Internacional, à qual se curvou a Velha República e para a qual esperamos não se curvem as autoridades da Nova República.

Pretende-se, com essa reforma, Sr. Presidente, entre outras coisas, a descaracterização completa do Banco do Brasil como agente do Poder Público, cujas funções não se compatibilizam com a solução prevista na malfadada reforma. Quais são essas funções do Banco do Brasil? Especialmente as seguintes: compensação de cheques; coletoria das receitas da União em todo o território nacional; pagadoria das despesas públicas da União em todo o território brasileiro; delegação do Banco Central para depósito dos recolhimentos voluntários dos bancos comerciais; e reguladoria da moeda nacional.

À vista de tudo isso, Srs. Deputados, como querer exigir que o Banco do Brasil se iguale aos outros bancos comerciais, ou antes, como querer permitir que os outros bancos comerciais se igualem ao Banco do Brasil? Pois foi precisamente isso que o Sr. Ernane Galvêas, como espúrio Deputado do FMI, impôs à sociedade brasileira, com a desfaçatez de uma informação arrogante de que julgava como de crítica pessoal qualquer resistência a essa ousada mudança.

Devemos repudiar, com todas as nossas forças, que se venha a consumir, de forma irreversível essa medida irracional, antipopular e antibrasileira, enquanto ela depender de nossa ação parlamentar. Se houver necessidade, voltarei a este assunto.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra à Sra. Deputada Cristina Tavares.

A SRA. CRISTINA TAVARES (PMDB — PE. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, venho denunciar mais um ato de corrupção do Governador de Pernambuco, Dr. Roberto Magalhães. Desta vez a instituição é o BANDEPE — Banco do Estado de Pernambuco, que pagou comissão a empresa fantasma. E não foi uma comissão pequena, mas alguns milhões de dólares.

O que vale ser registrado é uma correspondência, em papel timbrado da empresa que recebeu a comissão, que o Dr. Antônio Alves Bezerra endereça ao Dr. Fernando Mota com o seguinte teor:

“Meu caro Fernando Mota, conforme seu pedido e no resguardo mútuo, autorizo você a receber do BANDEPE as comissões da Braex, em nome da Staef, dentro das seguintes condições: a) você receberá em seu nome ou da Staef o total das comissões, aqui no Rio, e do total descontará: — “b) 6% para serem entregues à diretoria, nas mãos do Dr. Magalhães — Dr. Magalhães, esclareço, é o Dr. Geraldo Magalhães, irmão do Governador Roberto Magalhães — “ou do Dr. Piauhyllino; c) 10% para o fundo político, revertendo o capital para nós; d) 42% me serão entregues; e e) 42% ficarão para você”.

Verifica-se, assim, que os acertos, costumes e usos do Governo da Nova República, ao qual o Dr. Roberto Magalhães aderiu na última hora, são os mesmos. No entanto, gostaria também de colocar aqui a responsabilidade do PMDB, do PMDB moderado do Estado de Pernambuco, que fez um acordo, um conchavo espúrio com a Frente Liberal, e ao fazê-lo perdeu de tal forma a face peemedebista, a sua identidade, os seus princípios, que o Presidente do BANDEPE, empresa estatal que paga comissões para um fundo político, informou que, na qualidade de Presidente do Partido da Frente Liberal pernambucano, orientou a bancada da Aliança Democrática na Assembleia Legislativa — e ele diz que são 24 Deputados

do PFL e 8 do PMDB — para apressar a instauração de uma comissão de inquérito.

Faço este registro para indagar, não ao Governador Roberto Magalhães — useiro e vezeiro nesse tipo de negociação de retirar dinheiro do Poder Público para fundos de campanha política — mas ao PMDB moderado de Pernambuco, ao PMDB de Marcos Freire, que apóia o candidato Sérgio Murilo à Prefeitura, se vão ficar calados e também vão usar esse dinheiro. Pergunto se estão apoiando esta negociação do BANDEPE. É desafio formalmente o Presidente da Caixa Econômica, que está ocupando horários de televisão em favor desta Aliança Democrática, a defender ou acusar o Governador quando aos escândalos do BANDEPE. Ele não se pode omitir neste momento.

Por outro lado, Sr. Presidente, uso esta tribuna para fazer igual pergunta ao Presidente da Caixa Econômica Federal, que está utilizando recursos institucionais para propaganda política.

Quando o Sr. Marcos Freire vai a Pernambuco, nos fins de semana, acompanhado de seus assessores, não é para despachar no escritório da Caixa Econômica do Recife, é para fazer campanha eleitoral, em comícios e na televisão, defendendo o que ele chama de Aliança Democrática, e nós e a população de Recife chamamos de conchavão.

Concluo, Sr. Presidente, fazendo mais uma indagação. O Presidente da Caixa Econômica viajou com cinco assessores, passou vinte dias em países da Escandinávia e da União Soviética às custas daquele órgão. Pergunto se ele, por acaso, foi vender o Projeto Verde Teto para a União Soviética. Ou quem sabe os soviéticos não têm um projeto de casa popular, e o Presidente da Caixa Econômica foi fazer essas vendas?

Sr. Presidente, tudo isso precisa ficar registrado nos nossos Anais, pois a demagogia dos que mudaram e distorceram os princípios que defenderam durante vinte e um anos, como é o caso do Presidente da Caixa Econômica, deixa-nos perplexos. É inacreditável, é estarrecedor que os métodos da Velha República estejam sendo ressuscitados na Nova República por elementos do PMDB, como é o caso do ex-Senador e atual Presidente da Caixa Econômica Federal, Marcos Freire. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Adail Vettorazzo.

O SR. ADAIL VETTORAZZO (PDS — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, este Governo vem anunciando, pelos seus setores considerados progressistas, a implantação de um vasto projeto de reforma agrária.

Como brasileiro, é evidente que devemos nos posicionar favoravelmente a essa iniciativa, mas razões existem de sobejo para duvidarmos do seu êxito.

A agricultura tem sido sempre esquecida e marginalizada pelos nossos governantes. Os produtores correm todos os riscos, desde o preparo da terra até a colheita, vivendo sempre num clima de insegurança e de incerteza com o porvir.

Num país de dimensão continental como o nosso, a reforma agrária não pode se resumir apenas numa singela partilha de terras, mas há de se implantar uma verdadeira política agrícola que possa inspirar alento, confiança e apoio ao produtor rural. Ninguém melhor do que o proprietário rural de São Paulo para demonstrar que é possível transformar a própria economia dos municípios do interior com a implantação de uma verdadeira reforma agrária.

De fato, nestes últimos anos, São Paulo assistiu a uma revolução no campo, quando terras outrora abandonadas foram transformadas pela mão do pequeno e médio produtores em grandes pomares, levando nosso País à condição de principal exportador de citros de todo o mundo.

É lamentável, contudo, Sr. Presidente, que a União, que nada fizera anteriormente em favor da lavoura citrícola paulista, não tem agora sabido sequer ser grata ao esforço do trabalhador rural de São Paulo, que lhe trouxe tantas e tão substanciais dádivas.

Amanhã esses produtores, já sem muito ânimo, vergados pelas incompreensões e pelo abandono de nossas autoridades, quase no desespero, chegarão a Brasília, aos milhares, para uma derradeira tentativa junto ao Presi-

dente José Sarney, buscando sensibilizá-lo com seus problemas.

Esperamos, assim, Sr. Presidente, que nosso Presidente, que irá recebê-los por volta das 14h, atenda-os nas suas reivindicações, fazendo-lhes simplesmente justiça.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao Deputado José Colagrossi.

O SR. JOSÉ COLAGROSSI (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, recebi do eminente jornalista Roberto Vassallo, da cidade de Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro, um belo estudo sobre a criação do Ministério dos Municípios, onde focaliza com muita competência amplos aspectos geradores das crises porque passam os Municípios brasileiros.

Hoje é o Dia dos Vereadores, esses companheiros legislativos que lutam nos seus Municípios em contacto directo com o povo, sofrendo com seus problemas, procurando soluções, tentando resolver os pleitos de todos os tipos. São os vereadores a célula primeira e principal do regime democrático.

Mas, Sr. Presidente, passo a ler o trabalho de meu amigo Vassallo, que, por sua qualidade e objetividade, será atentamente ouvido pelos Srs. Senadores e Deputados.

"REPÚBLICA DOS MUNICÍPIOS UNIDOS DO BRASIL

O município brasileiro está passando por uma fase crítica de penúria, muitos em processo falimentar, devido à excessiva concentração de renda pelo poder central e à má distribuição de recursos, um vício agravado nesses vinte anos de autoritarismo, cujos vestígios irão perdurar, se medidas urgentes e estruturais não forem adotadas.

A União continua sendo aquela figura abstrata, a ruminar conceitos, métodos e processos burocráticos, distanciada dos problemas interioranos, pela ausência de senso prático e carência de agilidade na instrumentalização eficaz. Enquanto isso, a epopéia nacional continua acontecendo no município. Igualmente, para efeito de descentralização, o Estado constitui outra ficticiosidade. Nunca, em toda a nossa história, a autonomia municipal esteve tão ameaçada como agora. A defasagem econômica impede-os de auto-organizarem-se com eficiência. Resultado: o drama humilhante dos prefeitos sem condições de administrar coisa alguma.

A Nova República mexeu na máquina administrativa, desemperrando-a com peças de reposição. A própria restauração democrática contribuiu para acabar com a cleptocracia desmoralizante. Só que em benefício dos quatro mil municípios nada, absolutamente nada foi feito até agora. É então que a velha idéia da criação do Ministério dos Municípios vem novamente à baila. Torna-se necessidade premente o surgimento de um órgão capaz de desempenhar dupla função, ou seja: primeiro, implantar e coordenar a reforma tributária a nível municipal. Segundo: prestar assistência direta e permanente a essas relegadas comunidades menores. Precisamos urgentemente adotar providências que obstaculem a proliferação deste fenômeno anômalo, que é o da emancipação municipal, que começa a incubar-se na aflição da saída de última hora, com vistas a estancar o seu empobrecimento crescente. Emancipação significa a prosperidade de um detrimento da miséria do outro, num processo de cissiparidade condenável pela incapacidade administrativa dos seus gestores. Haja vista o gigantesco complexo multicelular ao qual o Brasil se acha tradicionalmente atrelado.

Nada restou do antigo SERFAU e do SENAM, aos quais os prefeitos recorriam na busca de orientação para os seus problemas. Mas, o IBAM, magistralmente dirigido pela cabeça privilegiada do economista Diogo Cordeiro de Melo, uma das mais importantes figuras neste País, como empresa privada resiste e atua tecnicamente com eficiência de norte a sul do País. Enquanto isso, a ABM (Associação Brasileira dos Municípios), atualmente presidida pelo Prefeito de Niterói, Valdenir Bragança, luta bravamente para dar a sua contribuição à causa mu-

nicipalista, embora fora do alcance da sensibilidade do Governo, agravado pelo esvaziamento imposto pelo incipiente Ministério da Administração. No entanto, a saída honrosa para esta crise, que ameaça a estabilidade política do País, seria a união do IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal) à ABM, criando-se a EMBRAM (Empresa Brasileira de Assistência aos Municípios), na hipótese de o Presidente José Sarney considerar inviável a institucionalização desses dois órgãos como Ministério. Caberia ao primeiro atribuições técnicas, e, ao segundo função eminentemente política, ajustadas harmoniosamente. A implantação de uma reforma tributária de emergência, conforme proposto — ou mesmo em caráter definitivo que socorra o município, impedindo o êxodo rural e os conflitos de terras (causas indiretas deste descabro), só pode ser levada a efeito com a retomada plena do desenvolvimento, cuja dinamização anda lenta e enervante. Enquanto isso, o produtor rural continua vítima da especulação improdutiva do intermediário. A circulação de alimentos nas grandes metrópoles só é possível graças à participação do trabalho dos municípios que estão no interior ou em sua periferia. Entretanto, essa importância cresce em termos promissores ao constataremos eufóricos que a Reforma Agrária irá transformar em celeiros de fartura glebas esquecidas e longínquas, multiplicando riquezas, e, o que é mais importante, fortalecendo o município, com conseqüente decréscimo das migrações internas, reconhecidamente desordenadas.

Uma outra medida de grande alcance para a Constituinte seria a criação das regiões-pólo. Um determinado número de municípios pequenos perderia sua identidade, pela fusão ao de expressiva importância econômica da região. Dessa forma surgiria um novo, maior e mais poderoso, pela união de forças em favor de uma gerência mais eficaz, e uma descentralização assaz irradiante, capaz de socorrê-lo nas suas necessidades mínimas. Seria a adoção da fórmula de administração cooperativa, pela maior participação política, com reflexos sociais positivos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao Deputado Cardoso Alves.

O SR. CARDOSO ALVES (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o tema Constituinte, muito embora nascido junto com o MDB nos anos 60, continua atual. Logo depois da Revolução, quando aqui imperava a desorganização institucional — não havia direitos e garantias individuais, nem intangibilidade do mandato parlamentar, nem eleições diretas, cassava-se a torto e a direito, o Congresso era fechado exilava-se, baniu-se, torturava-se e não havia *habeas corpus* — o PMDB, preocupado com a reorganização do País, inseriu nos seus estatutos uma Assembleia Nacional Constituinte.

O tempo foi passando, e o País, bem ou mal, foi-se estabilizando institucionalmente, até que, no mês de abril próximo-passado, em 10 horas, este Parlamento avançou 10 anos: Restabeleceu o voto direto em todos os patamares, extinguiu as áreas de segurança, deu o voto para os Territórios, para os analfabetos, facilitou a criação de novos partidos, enfim, restaurou, em sua plenitude, o Estado de direito e a sociedade pluralista. Mas como os estatutos do MDB previam a Constituinte e o seu sucedâneo, o PMDB, os herdou, a Assembleia Nacional Constituinte, continua em pauta.

Creio que essa Constituição já fez o mal que podia fazer: os colégios eleitorais, as votações indiretas, os decretos-leis, a falta de prerrogativas, tudo isto. Ela poderia até ser passada a limpo por este Congresso, pois uma Assembleia boa torna boa uma Constituição má e um Congresso mau torna má uma Constituição boa. Mas vamos em frente com a idéia da Constituinte.

O Presidente Tancredo Neves, durante a sua pregação, que foi do Acre ao Rio Grande do Sul, do Rio Grande do Norte ao Amazonas, falava na Assembleia Nacional Constituinte. Mas esperto, sensível, inteligente e hábil como era, Tancredo a balizou e a definiu. Ele falava em

transformar em Assembleia Nacional Constituinte o Congresso a ser eleito em 1986. É uma definição precisa. Ele era aplaudido pelo povo e pelo palanque. Ali nascera um pacto nacional quanto à Assembleia Nacional Constituinte.

O Presidente José Sarney, herdeiro do poder, dos princípios, da doutrina e do programa de Tancredo Neves, herdou também seus compromissos e mandou para cá uma emenda constitucional que transforma em Assembleia Nacional Constituinte o Congresso a ser eleito em 1986. Ora, agora fala-se em Assembleia exclusiva, em delegados constituintes, em mandatos mais curtos, em *referendum* popular. Enfim, armou-se uma série de artifícios para trazer para o Congresso Nacional a Constituinte sem voto. Porque o que não querem é enfrentar os Deputados Federais e Senadores nas urnas; querem permanecer em seus gabinetes atapetados, estudando como elitistas a Constituição. Não querem amassar barro, ir à casa do eleitor, ficar sob sol e chuva, permanecer no sereno. Não. Querem a Constituinte sem voto. E o pior é que encontram eco nesta Casa.

Convido esses cidadãos da elite, da mais alta sociedade, pseudodemocratas, a atacarem logo o Congresso Nacional, nossa representatividade, a representação popular e não ficarem bordejando o tema, procurando uma Constituinte sem povo, procurando eleger delegados sem votos. A representação popular é essencial à democracia. Se as elites querem tornar-se democratas que o façam nas ruas, ouvindo o vozério anônimo, conversando com o povo, buscando o voto popular, como fazem os Constituintes permanentes que aqui se encontram, porque o Congresso Nacional é a Constituição viva, que é emendada, suprimida, aditada, acrescida e modificada sempre. Façam como os Congressistas: vão ao povo, peçam voto e cheguem aqui. Do contrário é burla ao regime democrático, é sofisma em nome da liberdade, é desprezo ao Parlamento e ao povo. (Muito bem, Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas tem veiculado os jornais algumas notícias a respeito de Salvador. Tenho em mãos um recorte do jornal "O Estado de S. Paulo", de 25 de setembro próximo passado, que diz o seguinte:

"Salvador prepara-se para responsabilizar o Ministro por colapso."

Outro manifesto diz:

"O Prefeito Manoel Castro denuncia — O Ministério dos Transportes discrimina Salvador."

Trago, aqui, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, para conhecimento da Casa, esclarecimento do Ministério dos Transportes, a respeito de verbas que estão sendo liberadas para o Município de Salvador.

Numa carta da EBTU, dirigida ao Sr. Ministro dos Transportes, Afonso Camargo, datada de 26 de setembro a situação foi bem esclarecida. Diz a carta: Nota Nº 280/85-PRESIBrasília, 26 de setembro de 1985.

"Senhor Ministro

A EBTU e o GEIPOT vêm à presença de Vossa Excelência a fim de prestar esclarecimento quanto à denúncia do Senhor Prefeito Municipal de Salvador, Dr. Manoel Castro, em relação a possível discriminação do Ministério dos Transportes para com aquela cidade:

1 — Em relação aos recursos destinados a Salvador:

São inverídicas as informações da Prefeitura em relação ao volume de recursos destinados a Salvador. Estão previstos 8,4 bilhões de cruzeiros, e não 5 bilhões de cruzeiros. No início da gestão do Ministro Afonso existia um saldo de 3,5 bilhões de cruzeiros, correspondente ao exercício de 1984 (não liberados naquele ano devido ao atraso na elaboração e apresentação dos projetos à EBTU). Na atual gestão esse saldo foi liberado.

2 — Em relação às liberações:

Também aí, a informação da Prefeitura não é verdadeira — a Prefeitura fala em liberação de 650,0

milhões de cruzeiros, quando na realidade já foram liberados 4,8 bilhões de cruzeiros, portanto mais de 50% dos recursos previstos, proporção respeitada até o momento para as demais cidades brasileiras.

Este ano, depois de uma liberação no dia 14/02/85, no valor de Cr\$ 1.100.000.000, houve mais as seguintes:

- Dia 15-3-85 — Cr\$ 329.590.000
- Dia 24-6-85 — Cr\$ 1.091.410.000
- Dia 3-7-85 — Cr\$ 900.000.000
- Dia 6-8-85 — Cr\$ 300.000.000
- Dia 19-8-85 — Cr\$ 350.000.000
- Dia 20-9-85 — Cr\$ 650.000.000

Quanto as liberações do saldo atual (3,6 bilhões), serão feitas de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro, conforme sistemática adotada com todas as Prefeituras. No caso de Salvador, todavia, parte significativa destes recursos depende de providências administrativas e financeiras até agora não encaminhadas à EBTU.

3 — Em relação ao corte de 25%:

A denúncia da Prefeitura é igualmente infundada. Apesar dos Decretos de contenção de despesas do Governo anterior (15%) e do Governo atual (10%), até o presente momento nenhum corte foi efetuado nos recursos.

Destinados a Salvador, considerando, exatamente, as dificuldades apresentadas por aquela Prefeitura ao Ministro dos Transportes.

4 — Quanto aos investimentos do Ministério dos Transportes nos Metrô do Rio de Janeiro e São Paulo e aquisição de ônibus:

Na administração do Ministro Afonso Camargo nenhum recurso foi destinado àqueles dois metrô.

Para aquisição de ônibus urbanos, desde 1983 a EBTU não destina recursos para o financiamento desses veículos.

5 — Quanto ao apoio técnico à Prefeitura de Salvador.

As afirmações também não são verdadeiras — o GEIPOT e a EBTU vêm prestando apoio permanente àquela Prefeitura. Como consequência de reunião realizada entre o Ministro Afonso Camargo e o Prefeito de Salvador, em 2-4-85, técnicos do Ministério reuniram-se com a Prefeitura de Salvador para as seguintes providências:

— Elaboração da concepção básica do transporte Coletivo por ônibus, compreendendo a definição de corredores, terminais de integração e equipamentos.

— Apoio ao Conselho Municipal de Política de Transportes no tratamento das questões institucionais e operacionais, através da análise crítica do regulamento de transportes coletivos, estudo para racionalização de linhas, exame de alternativas para modificação da câmara de compensação tarifária e revisão dos parâmetros componentes da planilha tarifária.

Por outro lado, o Ministério dos Transportes, através do GEIPOT e EBTU, continuará a prestar assessoria e apoio técnico às municipalidades, a quem cabe a competência legal de gerir os transportes urbanos.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Oswaldo Lima Filho.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO (PMDB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, tenho procurado evitar o debate de questões menores relativas às divergências ocorridas no PMDB de Pernambuco, por entender que elas ficam melhor no âmbito do Estado, não constituem em matéria de interesse nacional. Todavia, a ilustre representante de Garanhuns, a Srª Deputada Cristina Tavares, ocupou a tribuna há pouco para interpelar todos nós que apoiamos a candidatura do Deputado Sérgio Murilo. S. Exª fez uma série de acusações, diatribes até, contra o Governador Roberto Magalhães e — o que é mais estranhável ainda — contra o Presidente do partido em Pernambuco, o ex-Senador Marcos Freire.

Ora, Sr. Presidente, não tenho procuração para defender o Governador Roberto Magalhães. Conheço muito

pouco o episódio aqui citado pela ilustre Deputada Cristina Tavares. Foi publicado pela imprensa que o denunciante dos diretores do Banco do Estado de Pernambuco não seria pessoa moralmente qualificada, porque, ao mesmo tempo em que a sua denúncia era trazida a público na Assembleia Legislativa, era divulgada também uma certidão em que o referido denunciante, advogado no Rio de Janeiro, era apontado como líder ou dirigente de uma empresa que estava sendo objeto de numerosas ações na Justiça do Rio de Janeiro por estelionato e outros erros graves.

Mas não quero entrar nesse assunto. O Sr. Governador Roberto Magalhães, que sempre se me afigurou um homem honrado e sério, tem numerosos correligionários no Senado e na Câmara dos Deputados, que poderão e deverão fazer sua defesa. Porém, em relação ao Senador Marcos Freire, quero contestar formalmente as acusações feitas pela Deputada Cristina Tavares. O Sr. Senador Marcos Freire é um homem que merece o respeito de Pernambuco. Não foi por acaso que S. Exª ocupou a representação do nosso partido como um dos Deputados mais votados e, depois, Senador, eleito majoritariamente em Pernambuco por um grande movimento popular, tendo sido até o nosso candidato nas últimas eleições. S. Exª não mudou nesse período.

Até estranho a atitude da Deputada Cristina Tavares, porque durante as eleições, embora eu tenha dado o meu apoio ao então Senador Marcos Freire para o Governo do Estado, nunca cheguei perto dos elogios que lhe fazia. S. Exª, que ocupava palanques por horas a fio ou andava pelas ruas de Recife, debaixo de chuva, — muitas vezes fui testemunha disso — entoando os maiores louvores à pessoa do Senador Marcos Freire. Isso foi em 1982. A partir dessa data até hoje, o Senador Marcos Freire não cometeu nenhum deslize. Pelo contrário, sua vida tem sido transparente. Posso até discordar de algumas atitudes políticas do Senador Marcos Freire, mas respeito a figura do professor de Direito Constitucional e de homem honrado de classe média, que nunca fez fortuna na vida pública, mas sempre dedicou-se aos interesses das grandes causas populares.

Por outro lado, o Senador Marcos Freire está empenhado numa obra louvável, qual seja, a de levar para o Nordeste a ação da Caixa Econômica Federal; que preside. S. Exª, há bem pouco tempo, inaugurou em Recife um pólo de compras da Caixa Econômica, para evitar essa centralização absurda que faz de São Paulo uma locomotiva puxando vagões vazios — no dizer dos antigos. Deslocou-se S. Exª para Recife, que é, sem dúvida alguma, um pólo econômico do Nordeste. Como Presidente do Diretório Regional do PMDB é um dever seu comparecer aos comícios para defender o candidato do nosso partido, o Sr. Deputado Sérgio Murilo, escolhido na Convenção Municipal por esmagadora maioria.

A Deputada Cristina Tavares, por motivos que ela deve considerar muito justificáveis, apóia a candidatura do nosso antigo companheiro, o honrado Deputado Jarbas Vasconcelos, pelo Partido Socialista Brasileiro. Trata-se de um direito que a lei lhe assegura; entretanto, do ponto de vista da ética partidária talvez não seja o mais recomendável. Mas não a critico por isso. Parece todavia que, como as últimas pesquisas dos órgãos de informação estão declarando que o Sr. Deputado Sérgio Murilo tem hoje a preferência da maioria do eleitorado de Recife, tal fato está incomodando a minha ilustre companheira de partido e, por isso, S. Exª nos agrediu.

Quero dizer a S. Exª, que não tenho o dever de defender o Governador Roberto Magalhães, nem procuração para fazê-lo. O nosso candidato a Prefeito em Recife é o Deputado Sérgio Murilo e a Vice-Prefeito é outro ilustre companheiro de partido, o ex-Deputado Moacir Gomes. Enquanto a Deputada Cristina Tavares vivia na sociedade como um ilustre ornamento, o Deputado Sérgio Murilo lutava contra a ditadura, na prisão da 2ª Companhia Independente de Guardas. Por isso é que o Deputado Sérgio Murilo tem mais títulos para falar em nome da Oposição do que a ilustre companheira de partido.

Não poderia deixar de prestar estes esclarecimentos, já que fui intimado pela Deputada Cristina Tavares, que aqui nos cobrou uma manifestação — o que não desejava fazer — sobre a sucessão municipal em Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Maluf.

O SR. PAULO MALUF (PDS — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, gostaria de abordar assunto da mais alta relevância, que tem ocupado as páginas dos jornais ultimamente e que será discutido no decorrer do dia de amanhã. Trata-se da emenda do ilustre parlamentar do PMDB paulista, Deputado Ailton Sandoval, referente à reforma tributária. Vejo uma incoerência nesta discussão. Digo incoerência porque, por elegância, não gostaria de usar a palavra hipocrisia. Refiro-me ao comportamento do ex-Secretário da Fazenda do Governo de São Paulo, Sr. João Sayad. Quando Secretário, João Sayad defendia, perante os Prefeitos paulistas, a reforma tributária como modo de se fazer justiça fiscal aos Municípios, atualmente depauperados pela voracidade fiscal, federal e estadual. Quis o destino que S. Exª, enquanto Secretário da Fazenda, que defendia a reforma tributária, fosse chamado para Ministro do Planejamento e, portanto, executor da política econômica do Presidente José Sarney, do PMDB. E vemos que existe uma incoerência, para não dizer uma hipocrisia. Não sabemos quem mudou, se foi o Secretário da Fazenda de ontem, ou o Ministro do Planejamento de hoje. A mim me espanta quando vejo que quem está segurando essa reforma tributária justa, que dará, sem dúvida nenhuma, a independência aos Municípios: exatamente aquele que era o seu arauto, ou seja, o Ministro do Planejamento, João Sayad. Ontem, S. Exª pregava; hoje, que pode fazê-la, não a pratica.

Vejo também, Sr. Presidente, com grande outra preocupação a proposta governamental de aumento de impostos. Ex-Prefeito de São Paulo, Município que arrecada bom ICM, quero salientar que do que se arrecada em São Paulo, 7% fica com o Município, 33% fica com o Estado e 60% fica com o Governo Federal.

Ora, se o Governo Federal já tem 60% do produto da arrecadação de um Município, acho que cabe ao Governo Federal praticar austeridade nos seus gastos e não propor, mais uma vez, uma discriminação fiscal contra a população brasileira, que está absolutamente exangue e que não suporta mais em hipótese alguma, uma eventual sobrecarga fiscal.

Quero, portanto, Sr. Presidente, deixar lavrado o meu protesto e a certeza de que tudo que puder fazer, na reunião da bancada do PDS, nós faremos contra o aumento de impostos. A capacidade contributiva da população brasileira já chegou ao fim. Seremos a favor dessa reforma tributária que fará, de maneira inequívoca, justiça fiscal aos Municípios brasileiros, hoje impedidos de fazer as obras que representam a verdadeira aspiração popular, porque o Governo Federal e o Estadual, na maioria das vezes, ficam com a parte do leão, fazendo investimentos que não têm relação custo-benefício, que não têm retorno social e, na maioria das vezes, é dinheiro empregado a fundo perdido. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ferreira Martins.

O SR. FERREIRA MARTINS (PDS — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, muito se tem falado a respeito do desgoverno em que vive São Paulo há quase três anos. Realmente a desesperança já tomou conta praticamente de todos os Municípios do Estado. O Governo Franco Montoro chegou ao ponto, hoje, de quase ser ridicularizado até mesmo pela imprensa. S. Exª já se tornou famoso pelos seus lapsos de memória, o que justificaria, talvez, até um controle médico.

Mas eu gostaria de assinalar aqui, destacando, notícia que os jornais têm publicado e que merecem ser inseridos nos Anais do Congresso Nacional. Uma delas: "Risoleta Pamplona". Na fala do Governador Montoro, que se seguiu à conferência do Ministro da Previdência Social, Risoleta Neves, viúva do Presidente Tancredo Neves, acabou sendo chamada de D. Risoleta Pamplona pelo Governador de São Paulo. Este é um dos lapsos. Existem muitos: poderíamos citar aqui vários deles. Há poucos dias foi discutido na Câmara um livro adotado pela reforma de ensino de São Paulo, com autorização do Sr. Secretário de Educação, chamado "Reflexão e Ação". Não vou citar os trechos porque os mesmos já foram inseridos nos Anais do Congresso. Mas, na verdade, em vez de educar, deseducar e conduzir à desagregação familiar. Agora se distribui o chamado "Gibi da Constituin-

te", que de Constituinte nada ensina. Pelo contrário, encerra propósitos antipatrióticos no seu conteúdo. Não vou destacar este aspecto, mas o que foi publicado no "Paine!" da Folha de S. Paulo que diz o seguinte:

"É preciso mudar." O Governo paulista está distribuindo o "Gibi da Constituinte", publicado com dinheiro do contribuinte através da Secretaria da Educação, dinheiro da Fundação do Livro Escolar, nas contracapas fotos e mensagem do Secretário de Educação, Paulo Renato de Sousa, e do Governador Franco Montoro, que, em sua campanha eleitoral, prometeu não fazer promoção de caráter pessoal. "É preciso mudar. Lembra-se?"

Termino, agora, lendo notícia sobre o que ocorre em São Paulo. Diz a notícia "O brilhante futuro de Franco Montoro", fazendo também referência ao seu candidato à Prefeitura de São Paulo, que já está derrotado:

"Com a estrela de Fernando Henrique Cardoso brilhando e com sua própria popularidade em disparada, o Governador André Franco Montoro está estudando diversas propostas para o futuro — são tantas, que está até indeciso —: a presidência das Hortas Comunitárias do Brasil S.A. — porque S. Ex^a têm-se caracterizado não por inaugurar obras, mas hortas comunitárias —; a direção da Cruz Vermelha em Cabul; a edição de uma revista especializada em marketing político-eleitoral; a administração da Ilha de Fernando de Noronha; a criação de búfalos no Amapá. A prudência, sempre sábia, aconselha esperar convites mais atraentes que virão, sem dúvida alguma, de sua enorme legião de admiradores. Eles se espalham por quase toda a Terra."

É o que acontece em São Paulo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Carlos Vasconcelos.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELOS (PMDB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados, o desespero leva, às vezes, as pessoas a assumirem atitudes irresponsáveis.

Isso aconteceu na noite de hoje com a Deputada Cristina Tavares, de Pernambuco, que, de forma irresponsável, veio à tribuna do Congresso Nacional acusar o ex-Senador Marcos Freire de estar participando da campanha para a Prefeitura de Recife e de viajar àquela cidade por conta da instituição que preside, a Caixa Econômica Federal. Começou S. Ex^a a referir-se ao Governador de Pernambuco, Dr. Roberto Magalhães, e a problemas ocorridos no Banco de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco. Após falar do Governador, falou do Presidente da Caixa Econômica Federal. A mim me parece que as próprias palavras a respeito do Governador Roberto Magalhães não têm significado algum, porque todas elas estão revestidas da irresponsabilidade que a caracteriza, não só no Estado de Pernambuco, mas quanto comportamento que assume, aqui, nesta noite.

Quero dizer que não sou do Partido da Frente Liberal, mas do PMDB. Acho que as acusações feitas ao Sr. Governador devem ser respondidas pelo PFL. Mas tenho a convicção clara de que, embora eu tenha exercido oposição ao Governo do Estado, S. Ex^a, o Governador de Pernambuco, é um homem honrado, e contra a sua honradez não há o que se possa alegar até hoje naquele Estado.

Com referência ao Presidente do PMDB de Pernambuco, ex-Senador Marcos Freire, a Deputada Cristina Tavares falou completamente à verdade. S. S^a tem realmente viajado para Pernambuco, no exercício de suas funções de Presidente da Caixa Econômica Federal. Ontem, segunda-feira, inaugurou, acompanhado de dois outros diretores da Caixa Econômica, o Sr. Carlos Alberto Pires de Albuquerque, da área de administração, e o Sr. Sadi Assis Ribeiro Filho, da área de habitação e hipotecas, o Pólo Regional de material do Nordeste, antiga reivindicação de todos os Estados nordestinos e também do PMDB; durante todos os anos em que foi oposição, a fim de descentralizar as atividades do Governo Federal, para que sirvam de impulso ao desenvolvimento de cada região.

Anteriormente, as compras da Caixa Econômica Federal eram efetuadas nos Estados do Rio de Janeiro e de

São Paulo, menos aquelas que se dirigiam para o Nordeste, possuidor de um dos melhores parques gráficos deste País, com diversas indústrias que deixaram de vender seus produtos por serem estes vendidos pelas indústrias de outras regiões. Pois bem, a Associação Comercial de Pernambuco, o Centro das Indústrias de Pernambuco, a Associação do Parque Gráfico de Pernambuco há longos anos vêm reivindicando a formação do pólo de informática naquele Estado. A Deputada Cristina Tavares condena a ida do Presidente da Caixa Econômica a Pernambuco, ela, antiga empresária, que tomava conta de empresas, como bem salientou o Deputado Osvaldo Lima, enquanto nosso candidato, o candidato do PMDB; a prefeito de Pernambuco enfrentava a prisão. Com essa posição, S. Ex^a se coloca contra todo o parque industrial de Pernambuco, que gera empregos, que vai ter naquele centro de compras da Caixa Econômica um estímulo substancial a suas atividades. Tal comportamento só pode ser produto do desespero e da irresponsabilidade de S. Ex^a nas noites de hoje.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, isso decorre do simples fato de se imaginarem alguns donos das esquerdas de Pernambuco, de se arvorarem em donos do eleitorado de Pernambuco, de desprezarem em Pernambuco, um militante humilde do PMDB, que, através de convenção memorável, escolheu Sérgio Murilo como candidato a Prefeito de Recife; e imaginavam, por se julgarem donos das forças de esquerda, donos do eleitorado de Pernambuco, que iriam vencer as eleições. À medida, Sr. Presidente, que foi fixada a campanha do PMDB nas ruas do Recife, formando a Aliança Democrática, isso assegurou, conforme demonstram as pesquisas, a vitória a Sérgio Murilo para Prefeito do Recife, Pessoas irresponsáveis como a Deputada Cristina Tavares vêm assacar levianas acusações ao Presidente do PMDB, que, continuando no PMDB, apóia para prefeito do Recife o Sr. Sérgio Murilo, candidato do PMDB.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não só Pernambuco, mas o Brasil inteiro conhece o comportamento do ex-Senador Marcos Freire e atual Presidente da Caixa Econômica Federal, a sua luta na resistência democrática, como Deputado Federal e como Senador. Não somente Pernambuco, mas o Brasil inteiro sabe e sente que o que foi assacado hoje aqui contra o Presidente do PMDB de Pernambuco é produto da irresponsabilidade e do desespero dos que não se conformam com a livre manifestação do eleitorado do Recife, dos que se dizem democratas, mas não percebem que a verdadeira democracia se exerce com o pronunciamento livre e soberano através de eleições diretas de um povo. Estamos absolutamente tranquilos; qualquer acusação contra o PMDB de Pernambuco será respondida pelos que fazem o PMDB de Pernambuco. Esperamos que o bom senso volte a reinar e que se deixem de praticar gestos de irresponsabilidade, como o praticado pela Deputada Cristina Tavares na noite de hoje. E para caracterizar, Sr. Presidente, o trabalho do Presidente da Caixa Econômica, Senador Marcos Freire, em Pernambuco, hoje mesmo ele se encontra na cidade de Caruaru, naquele Estado, onde está inaugurando agência da Caixa Econômica e firmando contrato de financiamento com a Prefeitura da cidade. E diga-se de passagem que o Prefeito de Caruaru não apóia o candidato do PMDB, Deputado Sérgio Murilo, futuro Prefeito do Recife, ação do Senador Marcos Freire é exercida no sentido de aplicar os recursos da Caixa Econômica independente de partido, de legenda, sem reparar se o prefeito ou se a pessoa que recebe o financiamento apóia ou não seu candidato. Mais ainda, a ação da Deputada Cristina Tavares raia o absurdo: ela quer impedir — e isso é produto de vinte anos de autoritarismo — que o Presidente do meu partido, o PMDB, fale de política, quando chega em Pernambuco. Além de Presidente da Caixa Econômica Federal, ele é Presidente do PMDB, e sua obrigação, como político, é defender seu partido, é participar da luta eleitoral do seu Partido. Agora, se ele é, na realidade, o maior líder popular do Estado de Pernambuco, e se a sua presença na praça pública, ao lado do PMDB, ao lado da Frente Liberal, da Aliança Democrática, que foi tomada em Pernambuco, reeditando aquela que elegeu Tancredo Neves e José Sarney, tem densidade para ajudar Sérgio Murilo a ser Prefeito do Recife, não podemos ser culpados disso. A Deputada Cristina Tavares já perdeu a eleição; quem ganha em Pernambuco é Sérgio Murilo. Realmente, todo o

poder político, toda a liderança popular de Marcos Freire estão empenhados na defesa do PMDB e da candidatura de Sérgio Murilo. Marcos Freire contribuirá, ao lado de Osvaldo Lima Filho, ao lado dos Deputados federais e estaduais, da Maioria da Câmara Municipal do Recife, da maioria dos militantes do Partido, para eleger aquele que é o real e verdadeiro candidato do PMDB. As nossas discordâncias políticas, Sr. Presidente, não nos devem, levar à irresponsabilidade, à levandade. O que a Deputada Cristina Tavares fez hoje foi um gesto indigno. Ela se jogou contra toda uma ação do Presidente da Caixa Econômica que representa ajuda a um Estado enfraquecido economicamente que é Pernambuco. Ao combater a presença do Presidente da Caixa Econômica, Marcos Freire, em Recife, S. Ex^a está combatendo toda a obra da Caixa Econômica voltada para o fortalecimento do Estado e do Nordeste, ela, antiga empresária, que vivia viajando pelo mundo, enquanto Sérgio Murilo padecia nas prisões. Foi preso durante treze vezes, Sr. Presidente, e, numa das vezes em que foi preso por seis meses, na época da ditadura, enquanto a Deputada Cristina Tavares estava no exterior, teve a dignidade cívica — e foi o único político preso em Pernambuco a fazê-lo — de, diante do General Geisel, denunciar as torturas praticadas contra presos políticos em Pernambuco. Muitos presos políticos, Sr. Presidente, não estavam em condição, pelas pressões psicológicas, pelas torturas físicas que sofriam, de denunciar os torturadores. Mas, com bravura, o Deputado Sérgio Murilo se adiantou e denunciou torturador por torturador ao General Geisel. Foi ele o responsável pelo fim da tortura, logo após o Golpe de 64. Este homem tem toda uma tradição de oposição. Portanto, vai ser o Prefeito do Recife, não adianta o desespero, não adianta a irresponsabilidade, a levandade da Deputada Cristina Tavares ou de qualquer outro companheiro.

O apelo final que faço, Sr. Presidente, é que voltem a imperar os valores éticos na disputa eleitoral, que cada candidato vá pedir o seu voto ao eleitorado, que cada correligionário do candidato participe da campanha política, mas, Sr. Presidente, que se respeitem os resultados das urnas e que não se use de processos como aqueles utilizados levianamente — repito — pela Deputada Cristina Tavares na noite de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PMDB — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, dois parlamentares da bancada do PDS paulista, os Srs. Deputados Paulo Maluf e Ferreira Martins, ocuparam a tribuna do Congresso Nacional não para dignificar nem para honrar aquele Estado.

O Deputado Paulo Maluf, compreendemos movido por ressentimentos recentes, usou a tribuna do Congresso para criticar o comportamento do Ministro João Sayad com relação à reforma tributária, dando a entender à Nação que S. Ex^a é o inimigo nº 1 dessa reforma, quando na realidade, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, isso não ocorre. O Ministro João Sayad passou o último fim de semana ao lado do Ministro Dilson Funaro e das Lideranças de praticamente todos os partidos, discutindo fórmulas para que se chegasse a uma solução que atendesse a todas as necessidades. Ouvimos, posteriormente, um pronunciamento do Deputado Ferreira Martins.

Antes de subir a esta tribuna, tive a preocupação de, no livro que traz o currículo do Sr. Parlamentar, examinar página referente a S. Ex^a O pronunciamento do Deputado Ferreira Martins não faz jus nem a seu currículo nem aos 73 mil votos que o povo paulista lhe conferiu. Ex-Secretário de Educação de São Paulo, vem S. Ex^a, tomado e possuído por forte dose de humor negro, tentar achincalhar e levar ao deboche o Governador de São Paulo, Franco Montoro. Piadas e brincadeiras de mau gosto que não honram o Parlamentar paulista e que não alegram os seus 73 mil eleitores. Seria mais justo e coerente que S. Ex^a, num pronunciamento sério, viesse a esta tribuna para dizer à Nação quais são seus pontos de divergências com o Governador de São Paulo, mas não intrigá-lo com o Governo. S. Ex^a, num refrão e num chavão já conhecidos, acusa e ataca o Governador Franco Montoro por falta de memória. Deus, quando nos colo-

cou no mundo, fez alguns completos e outros faltando alguma coisa; a uns, memória, a outros, cabelo, e cada um procura camuflar e suprir suas deficiências como pode. Lamento que o nobre Parlamentar paulista ocupe esta tribuna em nome do povo do maior Estado desta Nação para, em um pronunciamento que poderia ter se transformado numa crítica séria e construtiva, para alegria dos seus eleitores, não tenha passado de um pronunciamento inspirado no deboche.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Pedro Corrêa.

O SR. PEDRO CORRÊA (PDS — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a pesca artesanal, principalmente na faixa litorânea, assumiu a maior importância nas décadas de trinta e quarenta, quando o Governo Federal amparou as Colônias de Pescadores, evoluindo para uma poderosa organização sindical, notável, naquele tempo, o desenvolvimento da assistência social entre esses profissionais independentes.

Hoje, sem autonomia os seus órgãos de representação, distantes dos centros de decisões que comandam as organizações profissionais, os pescadores profissionais, desassistidos, desajudados, não têm para quem apelar.

Em Pernambuco, eles somam cerca de trinta mil pessoas, hoje interessadas em acompanhar a Constituinte, para ver se ouvem uma palavra sobre seus problemas, que consideram ignorados pelos legisladores.

Falando sobre sua situação, disse à imprensa pernambucana Frei Alfredo Shunettgen, Coordenador Nacional da Comissão Pastoral dos Pescadores:

“O momento é significativo, quando se sabe que nenhuma medida adotada até agora pelas autoridades passou, sequer, pelo Legislativo, e os pescadores, então, nunca formam consultados para saber quais as prioridades e interesses que pretendiam ver defendidas, em decretos normais e outros documentos”.

Em seguida o dedicado franciscano, que tem prestado a mais fiel e permanente assistência aos pescadores pernambucanos, lembrando o encontro do Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores com representantes das Federações dos Estados nordestinos, assinou:

“A Comissão Nacional da Constituinte da Pesca objetiva a mudança do sistema de representação da categoria e a alteração do Código de Pesca, o que exige a participação ativa dos pescadores, em todos os níveis, sob as mais variadas formas”.

Deseja-se a transformação das Colônias em verdadeiros órgãos de representação classista, como são os sindicatos de qualquer categoria.

Atualmente, elas estão atreladas às federações estaduais e à Confederação, que tem poderes totais de intervir na gerência das Colônias, inclusive anulando eleições perfeitamente legais, por não concordar com a legítima escolha feita pelos pescadores.

Entretanto, os sindicatos são normalmente autônomos, perante as federações de sua categoria. Isso o que pretendem, desde logo, os pescadores profissionais, quando a Constituinte se anuncia para restaurar, totalmente, o sistema representativo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado João Marques.

O SR. JOÃO MARQUES (PMDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Exmo. Sr. Presidente, Exmos. Srs. Congressistas. A data de 1º de outubro é festejada nacionalmente como o Dia do Vereador. Trata-se de uma homenagem singela àquele homem que desenvolve em condições adversas a atividade política, porque representa de fato o povo, ele, que conhece praticamente cada habitante da sua cidade e por ele é conhecido e, assim, ao ser escolhido para representar a população nas Câmaras municipais, a margem de erro em relação ao eleito é sempre muito reduzida. Paradoxalmente, esta personagem da nossa vida pública é, com segurança, a mais sacrificada entre todas aquelas que têm a responsabilidade da representação legislativa em nosso País.

É o vereador aquele que, diariamente, tem contacto com o eleitorado, é ele quem percorre as ruas e passagens de seu bairro, que recebe as queixas e também as sugestões de sua comunidade, permanentemente inconformada, sempre reclamando melhorias, porque, infelizmente, somos e ainda seremos por muito tempo um país carente de recursos para atender às exigências cada vez mais crescentes de uma população que não para de aumentar. Então não se torna fácil responder afirmativamente aos apelos e às reivindicações que são feitas aos edis das mais longínquas câmaras legislativas que existem em nosso imenso território. Do mesmo modo que, também, nos municípios mais desenvolvidos, maior é a dificuldade para contornar os grandes problemas que lhes são encaminhados, com a obrigação de, pelo menos, tentar solucioná-los, sob pena de sair comprometido pelo julgamento sempre rigoroso de um eleitorado que, por sua vez, está cansado pela falta de atendimento das suas reclamações, de um modo geral sempre justas e pertinentes.

Este personagem singular da vida política nacional, entretanto, ainda não recebeu por parte das instituições, aquele reconhecimento devido pelo desempenho de tão nobres e dignificantes funções. É o vereador quem está mais sujeito à ira do poder público e dos poderosos de todos os matizes, justamente porque é quem oferece, na escala da hierarquia política, o primeiro combate, ou quem aparece em primeiro lugar nas denúncias ou nos pedidos de providências ao Poder Executivo. E assim ele está exposto a todas as reações. Difícil, ele que sequer imunidades mesmo que no exercício e no uso da tribuna que se constitui no seu maior instrumento de trabalho, sobreviver nesse clima em que tudo lhe é reivindicado, e ele praticamente nada tem para corresponder ao que lhe é solicitado, a não ser a sua enorme boa vontade e sua imensa capacidade de trabalho.

Ao lado das imunidades de que não dispõe, ele também é mal remunerado, à exceção de algumas capitais ou poucos municípios dos mais populosos e mais fortes, economicamente. Por tudo isso, pelo que representa para a consolidação da democracia em nosso Brasil, é que desejo registrar, nos Anais do Congresso, o Dia do Vereador com uma grata efeméride na política brasileira, pelo que representa para as nossas instituições democráticas, que não teriam a força que possuem sem a presença desse aguerrido homem público, que de um modo geral é um sacrificado na sua tarefa de defensor do povo. A este personagem nossa respeitosa saudação neste momento em que falo a Deputados Senadores, sem o qual faltaria autenticidade ao regime democrático, ele que é o elemento básico na constituição da pirâmide em que está erguida a Democracia.

Minha saudação, portanto, a todos os vereadores brasileiros, na certeza de que estou reverenciando os verdadeiros pilares do regime democrático em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Roberto Jefferson, como Líder do PTB.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ. Sem revisão do orador.) — Exmº Sr. Presidente, Exmºs Srs. Congressistas.

Senador Mário Maia, eu não poderia deixar de prestar a V. Exª uma homenagem, porque demonstra o democrata que é. Todos sabemos que há na Casa um Regimento que estabelece que o horário para Breves Comunicações ou discursos dos Congressistas é cingido a apenas cinco minutos, e V. Exª tomou a iniciativa democrática de rasgar esse velho Regimento, ainda da época do arbítrio e do autoritarismo, e cede, democraticamente, repito, a todos nós que precisamos de um espaço para a palavra, o verbo, para que cada um de nós coloquemos os nossos problemas, aflições e teses. Muito obrigado a V. Exª. E gostaria, sinceramente, que o exemplo que V. Exª dá, fosse adotado por outros companheiros que aqui estão e compõem a Mesa da Câmara, que ainda estão presos, muito agarrados, muito apegados àquele velho Regimento, ainda da fase do autoritarismo. Muito obrigado a V. Exª pelo carinho com que trata a todos nós.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, esta foi uma noite de situações atípicas. Pudemos assistir a pronunciamentos feitos nesta tribuna, inclusive pelo Deputado Paulo Maluf. E, para surpresa nossa, as galerias aplaudiram

entusiasticamente o Deputado Paulo Maluf, após o seu discurso. Habitamos-nos a ouvir, aqui, todas as vezes em que o nome de S. Exª era chamado, vaias estrepitosas, e confesso até — dou a mão à palmatória — que ajudávamos a vaiar. Hoje, quando S. Exª acabou de falar e foi aplaudido entusiasticamente pelas galerias, escutei um comentário da Liderança do PMDB, no sentido de que talvez fosse uma claque trazida aqui pelo Deputado Paulo Maluf.

A Liderança do PMDB, hoje tão bem representada pelo Deputado Heráclito Fortes, está vivendo uma grande perplexidade. Os aplausos estão mudando de lado; estão aplaudindo outros oradores. O povo aplaude hoje não mais apenas pessoas do PMDB, o Deputado Heráclito Fortes, que me antecedeu, fez no seu discurso uma crítica quando ao nível do palavreado, das expressões usadas por um Deputado por São Paulo, inclusive chamando-o de careca e dizendo que S. Exª usava peruca. O Deputado paulista insinuou que o Governador de São Paulo, Sr. Franco Montoro estava sofrendo de processo de esclerose.

Eu gostaria, Deputado Heráclito Fortes, ilustre representante do Piauí, que tanto tem defendido São Paulo nesta tribuna, que esse seu espírito contagiasse até líderes de seu partido e seus companheiros, pois temos visto aqui, por parte do PMDB, os mais violentos ataques, com xingamentos, as mais ácidas críticas, deboche, escárnio e difamação contra o nosso candidato a Prefeito de São Paulo, o Dr. Jânio Quadros. Eu gostaria, de coração, que esse seu espírito, que a colocação que fez V. Exª em nome da postura, da dignidade, do elevado espírito público que nutre, também contagiassem o restante da bancada, principalmente a do PMDB de São Paulo, que vem à plenário constantemente vilipendiado, atingir a dignidade de Jânio Quadros, a sua imagem e a nossa candidatura.

Deputado Heráclito Fortes, antes de lhe conceder o aparte, eu gostaria de, estendendo-me um pouco mais, explicar ou tentar, como não sou dono da verdade, dizer o que está havendo com o povo em relação ao comportamento do PMDB. É uma perplexidade, Excelência, e veja que tenho uma emenda apresentada, revogando da Constituição o decreto-lei e o decurso de prazo, institutos do autoritarismo.

O Deputado Oswaldo Lima Filho, inquestionável líder parlamentar nordestino, é autor de emenda similar que expurga da Constituição estas figuras do arbítrio: o decreto-lei e o decurso de prazo.

Hoje, o jornal *O Globo* publica matéria do seguinte teor:

“PMDB defende continuidade do decreto-lei.

O Líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, informou ontem ao Relator da Comissão das Prerrogativas, Deputado Cássio Gonçalves (PMDB — MG), que o Partido tem interesse na manutenção do instituto do decreto-lei e, conseqüentemente, da aprovação por decurso de prazo.”

Justifica-se essa mudança dos aplausos das galerias para Parlamentares de outros partidos, porque o PMDB, no Poder, rasgou os compromissos assumidos em praça pública e contidos no seu programa e no seu estatuto.

Esse problema que hoje presenciamos estende-se não somente à área política, mas também à econômica. A bem da verdade, a Emenda Airton Sandoval, que dá liberdade aos Municípios brasileiros, ao estabelecer a justa redistribuição dos tributos novamente às fontes produtoras, que são as cidades, está sendo combatida por um Ministro da Nova República, do PMDB João Sayad. Hoje, o *Jornal do Brasil* publicou — veja bem, nobre Deputado Heráclito Fortes, onde está a perplexidade do eleitorado do PMDB...

O Sr. Heráclito Fortes — V. Exª me concede um aparte, apenas para fazer um reparo quanto a esta injustiça cometida por V. Exª, para que a Taquigrafia não se perca?

O SR. ROBERTO JEFFERSON — Não cometi nenhuma injustiça.

O Sr. Heráclito Fortes — Cometeu, nobre Deputado, e para mim muito grave. V. Exª colocou em minha boca uma afirmativa que não fiz e uma comparação que jamais mencionei na tribuna.

O SR. ROBERTO JEFFERSON — Insinuou.

O Sr. Heráclito Fortes — Se V. Exª vê as coisas com maldade, que essa maldade continue apenas no seu raciocínio. Gostaria de dizer a V. Exª que, no momento em que usei essa expressão, eu olhava para a direita da tribuna. Se V. Exª tivesse cuidado e se sua mente não fosse tão maldosa, a ponto de tentar insinuar acusações que não fiz ao Deputado, teria me poupado disso. À direita da minha tribuna está o embaixador Derengh, um charmoso careca, chefe do cerimonial da Câmara dos Deputados, e mais outros funcionários. Inspirei-me exatamente neles. Gostaria de dizer que V. Exª foi quem divulgou, mostrou a este plenário que o Deputado paulista faz uso da peruca. Eu não sabia. Não sou observador tão atento quanto V. Exª. Considero a cabeleira dele tão perfeita quanto a de V. Exª. Quero apenas fazer uma recolocação porque jamais de mim uma insinuação desse tipo, até mesmo porque, nobre Deputado, cada um faz uso daquilo que gosta. Gostaria apenas de colocar isso para não ficar dito aqui que estou sendo fiscal de cabeça alheia. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO JEFFERSON — Acolho o aparte de V. Exª, e digo, com toda satisfação, que Deus abriu a porta do céu, e V. Exª, perdendo as asas e a auréola, caiu no plenário desta Casa. V. Exª é um santo, um homem despido de todo o sentimento de maldade.

**ECONOMISTA LIGADO A
TANCREDO SE DESILUDE
COM A NOVA REPÚBLICA**

Brasília — Terminou a lua-de-mel entre os economistas e a Nova República. A crítica mais contundente ao Governo, até agora, não partiu de representantes da oposição, mas, sim, do Professor Décio Garcia Munhoz, da Universidade de Brasília, em princípio um aliado da equipe que se encontra nos Ministérios da Fazenda e do Planejamento. Na abertura do 6º Congresso Brasileiro dos Economistas, Munhoz afirmou que "a Nova República é devedora da Nação. Seis meses já se passaram e ela se mostra manietada, amarrada". Segundo Munhoz, "só existem recursos para cobrir a especulação financeira, como jamais se viu neste País".

Cerca de 3 mil pessoas ouviram atentamente o pronunciamento de Décio Munhoz, que foi interrompido por palmas, quando argumentou que "não se pode aceitar a atual política econômica deste País. É inaceitável fazer discursos voltados para a avenida Paulista. Nossa atenção tem de estar voltada para a Vila Maria" (bairro periférico de São Paulo).

Numa alusão clara do ilustre economista de que a Nova República hoje está atrelada somente aos interesses dos banqueiros, esquecendo, postergando e olvidando o clamor das populações das periferias, do trabalhador assalariado, do trabalhador humilde. Não fosse somente na área econômica, o eleitorado do PMDB vive hoje a perplexidade também no campo político. Até bem pouco tempo, Deputado Gastone Righi, ouviamos desta tribuna, nas praças públicas, nas ruas, nos comícios as lideranças do PMDB gritar: "diretas-já". Empossada na Presidência da República, a nova Aliança Democrática, principalmente o PMDB, esqueceu-se do discurso e nem por consideração ao eleitorado e à opinião pública nacional veio à tribuna desta Casa pelo menos para estabelecer um balizamento para a Constituinte, para dizer: nós, do PMDB, hoje defendemos diretas para 1987 ou 1988. Nem esta satisfação S. Exªs dão à opinião pública. Pelo contrário, o Ministro da Justiça, Deputado Fernando Lyra, do PMDB, já declarou à imprensa que diretas somente em 1989. E o próprio Ministro-Chefe da Casa Civil, o ex-Deputado Célio Borja — aliás, Ministro de fato — foi aos jornais e à televisão para dizer: diretas, só em 1991. Então o fato de as galerias passarem a aplaudir representantes de outros partidos, o que V. Exª estranha, é em função desta perplexidade que o eleitorado vive hoje com relação ao PMDB.

O Sr. Heráclito Fortes — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ROBERTO JEFFERSON — Em seguida, Deputado.

Tenho guardado, inclusive, entrevistas das Páginas Amarelas da revista *Veja*, onde o próprio Presidente Nacional do PMDB, Dr. Ulysses Guymarães, hoje Presidente da Câmara e Vice-Presidente da República, junto com V. Exª, os Deputados do PMDB e a Nação brasileira diziam: "Fora daqui o FMI", "Moratória já", "Teotônio Veloso Varreu este País". Tenho três entrevistas publicadas na *Veja* em que S. Exªs exigiam: "Moratória já". Eu, inclusive, Deputado Gastone Righi, Deputado Heráclito Fortes, copiei trechos dessas entrevistas para inserir em discursos meus, defendendo a moratória já e hoje, aqui neste plenário, nesta Casa, no Congresso, não mais ouvimos a Liderança do PMDB a bradar: "Fora daqui o FMI" ou "Moratória já". Daí a perplexidade do eleitorado do PMDB — e são estranhos para V. Exª os aplausos que recebeu o Deputado de outro partido — que deixa de aplaudir o seu partido em função dessas posições que estão sendo postergadas.

O Sr. Heráclito Fortes — Permite-me V. Exª um novo aparte?

O SR. ROBERTO JEFFERSON — Em seguida darei o aparte a V. Exª.

Veja bem, Deputado Heráclito Fortes, o PMDB hoje, nas pesquisas dos institutos de opinião, perde as eleições na capital do Rio Grande do Sul — Porto Alegre, em Curitiba, no Rio de Janeiro e, para desconsolo de V. Exª, em São Paulo, em Recife e nos centros decisórios mais importantes desta Pátria.

E por quê? Porque este eleitorado abandona as hostes peemedebistas para descarregar suas preferências em outros partidos. É fácil entender a posição de Maurício Campos, cuja popularidade ascende barbaramente, também, em Belo Horizonte, Minas Gerais, contra a do candidato do PMDB. É que os compromissos assumidos em praças públicas, os compromissos doutrinários e os programáticos do PMDB estão sendo olvidados de propósito pelo partido que, agora, abandonou o seu discurso popular, nacionalista, trabalhista, para aderir ao Governo e sustentá-lo a todo custo.

E a trimestralidade do trabalhador? S. Exª, o Líder do Governo no Congresso Nacional, Senador Fernando Henrique Cardoso, tem dois projetos. Um estabelece a trimestralidade dos reajustes salariais dos trabalhadores. Quanto ao outro, S. Exª abandona a tese da trimestralidade, e, num movimento que até atende às reivindicações dos trabalhadores, sustenta que os aumentos salariais devem ser concedidos mensalmente. Prevê os aumentos mensais. Quer dizer, as mensalidades estabelecidas por S. Exª, o Senador Fernando Henrique Cardoso, vão muito além da trimestralidade, tão combatida pelo PMDB nesta Casa e no Senado.

Então, vamos dizer, o PMDB é contra a mensalidade tão desejada e proclamada pelo Senador Fernando Henrique Cardoso. Há incoerência nisso tudo, Deputado. A mudança de discurso, de posição, de teses populares e o abandono do espírito democrático é que têm levado a esse resultado desastroso o partido de V. Exª Deputado Heráclito Fortes, V. Exª tem neste momento o aparte solicitado.

O Sr. Heráclito Fortes — A generosidade de V. Exª é tão grande que desisto do aparte e espero o horário seguinte da Liderança. A atenção de V. Exª para com este companheiro foi enorme. Agora, gostaria de pedir a V. Exª que não fosse novamente uma terceira vez injusto comigo, porque o nobre colega volta a me acusar de ter-me referido aos aplausos do Deputado Paulo Maluf como tendo sido obra de Jânio Quadros. Jamais pronunciei essa frase, nobre Deputado.

O SR. ROBERTO JEFFERSON — Perdoe-me V. Exª. Ocorreu com o Deputado José Carlos Vasconcelos. Foi erro de colocação, nobre Deputado.

O Sr. Heráclito Fortes — Gostaria até de saber tudo. Afinal de contas, não moro em Niterói, nem sou carioca. V. Exª hoje bota a "peruca" onde eu não quero. O que é isso, nobre Deputado?

O SR. ROBERTO JEFFERSON — V. Exª desiste ou não do aparte? V. Exª não sabe a tristeza que me dá. Um brilhante parlamentar do Piauí desiste de um aparte, que tanto enfeitaria o meu discurso e provoca em mim profunda tristeza. Aguardarei, com muita satisfação, o discurso que V. Exª fará dentro de mais alguns minutos.

Ouço o ilustre Deputado Oswaldo Trevisan, que se condou o pedido de aparte ao Deputado Heráclito Fortes.

O Sr. Oswaldo Trevisan — Fico honrado por ter V. Exª me concedido o aparte. Estou acompanhando o discurso do ilustre colega, V. Exª está fazendo um arrazoado geral contra todo o trabalho da Aliança Democrática. V. Exª está contestando que a Aliança Democrática e, especialmente, o PMDB, não vêm cumprindo suas promessas de campanha. Devo lembrar a V. Exª que os compromissos da Aliança Democrática para com o povo brasileiro, assumidos por Tancredo Neves, José Sarney e por todos nós, da Aliança, que percorremos as ruas e as praças deste País,...

O SR. ROBERTO JEFFERSON — Quando serão resgatados esses compromissos, nobre Deputado?

O Sr. Oswaldo Trevisan — Se V. Exª permitir que eu prossiga o meu aparte, direi quando. O próprio Tancredo Neves afirmou, desta tribuna, que precisávamos urgentemente promover corajosas mudanças econômicas, sociais e políticas. V. Exª há de convir em que as mudanças políticas foram todas cumpridas, e acho até que cumprimos muito mais do que devíamos. Veja V. Exª, que aí estão eleições diretas em todos os níveis.

O SR. ROBERTO JEFFERSON — V. Exª era contra essas mudanças? Acha que houve excesso, quando diz que fizeram mais do que deviam? Qual foi o excesso, nobre Deputado?

O Sr. Oswaldo Trevisan — Acho que fizemos mais do que devíamos. V. Exª condena o PMDB por não estar cumprindo as mudanças, mas veja que ...

O SR. ROBERTO JEFFERSON — Estou apenas chamando a atenção desta Casa, porque percebi uma frustração da Liderança do PMDB, que não tem ouvido aplausos das galerias, e tenta colocar aqui, de público, o motivo da inexistência desse aplauso. É que o povo começa a desconfiar que "diretas, nunca mais"; que o modelo econômico irá permanecer como está; que após de sessenta dias de greve dos metalúrgicos, não houve qualquer manifestação do Ministério do Trabalho, mas que com apenas três dias de greve dos bancários, por pressão dos banqueiros, o Ministro do Trabalho reconheceu o estado de greve. O povo começa a desconfiar que os grandes grupos econômicos, que os banqueiros, aliás, bem situados em postos da Nova República, continuam, como na velha, a ditar as diretrizes econômicas e sociais do País. Mas estou ouvindo V. Exª com muita satisfação.

O Sr. Oswaldo Trevisan — Estou com o aparte e digo que poderíamos não ter votado a extinção da sublegenda, por entender que a medida pudesse beneficiar agora o PMDB. Poderíamos ter concordado com as eleições diretas nas Capitais, para o ano que vem. No entanto, nós já as demos a partir deste ano. Então, o PMDB está nas ruas, continua ao lado do povo, e, junto com o povo, caminha e cumpre as promessas feitas.

O SR. ROBERTO JEFFERSON — Fiquei satisfeito com o aparte de V. Exª e agradeço, em nome do Brasil, as concessões que o PMDB fez à Nação brasileira...

O Sr. Oswaldo Trevisan — A concessão foi feita no documento anterior.

O SR. ROBERTO JEFFERSON — ...quando estabelece em conjunto com todos os partidos, as diretas nas Capitais e quando extinguiu a sublegenda. Queremos agradecer este gesto largo que V. Exª exhibe.

O Sr. Oswaldo Trevisan — Mas veja V. Exª que demos uma demonstração de espírito democrático e cumprimos o prometido. Então, pergunto a V. Exª se concorda comigo no seguinte: as mudanças políticas já foram feitas por nós. Portanto, entendo que as cumprimos. Agora, com relação às mudanças econômicas e sociais que V. Exª verbera desta tribuna; pela primeira vez, foi na Nova República que tivemos os aumentos salariais com 100% do INPC; pela primeira vez, é que todos os trabalhadores deste País estão tendo ganhos reais de salários; pela primeira vez os trabalhadores puderam, livremente, fazer greve e discutir com os patrões, com os empregadores. Quando assumiu o Governo da Nova República, mais de uma centena de greves eclodiu por este País afo-

ra. Mas os trabalhadores tiveram ganhos reais. Há de convir V. Ex^a em que da forma como recebemos este País, com a inflação, a dívida externa e interna e o modelo econômico, não assumimos com o povo o papel de milagristas. Assumimos, como disse o Presidente Tancredo Neves o compromisso de desenvolver um governo com probidade e competência. Mas não é do dia para noite que vamos consertar o que ao longo de mais de vinte anos se fez de errado neste País.

O SR. ROBERTO JEFFERSON — Deputado Oswaldo Trevisan, o povo, quando gritou “Mudanças já”, o PMDB incorporou essa tese e não lhe quis dar nenhum sentido de mudanças num futuro muito remoto. Mudanças já e diretas já foram as frases do balizamento da construção da Aliança Democrática, hoje instalada no poder. E, se nós temos que ouvir, daqui, um Deputado brilhante do PMDB, como V. Ex^a, dizer que não vão fazer as mudanças, porque os cofres estão arrombados, porque as dificuldades financeiras existem, então temos que tirar o chapéu ao Sr. Delfim Netto, que dizia:

“Nós não fizemos a dívida externa. Nós, no Governo Figueiredo, não contraímos essa brutal dívida externa e tampouco fizemos essas obras faraônicas que trouxeram esse endividamento brutal ao País.”

Delfim dizia isto, e se vai repetir o discurso dele e do Governo Figueiredo. V. Ex^a estará transmitindo ao povo uma grande frustração, uma grande tristeza, uma grande mágoa. O povo dentro em breve estará na rua dizendo: “Fomos defraudados e enganados por aqueles que vociferavam contra essas medidas de ontem, e que hoje as adotam e vêm para cá com discurso dizendo que tudo isto se faz em nome de um novo governo democrático”.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quero agradecer, principalmente a V. Ex^a, nobre Senador Márcio Maia, desta tribuna, pela paciência, carinho e respeito devotados a todos nós, Parlamentares, que usamos este microfone. Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Heráclito Fortes, como líder do PMDB.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PMDB — PI. Como Líder. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, em primeiro lugar peço desculpas a V. Ex^a e aos funcionários da Casa por ser forçado a usar mais uma vez esta tribuna, roubando-lhes o descanso justo e merecido numa hora tão avançada. Mas não poderia deixar de ocupar a tribuna do Congresso, para que fiquem registrados nos Anais, primeiro, reparos ao pronunciamento do Deputado Roberto Jefferson, quando colocou em minha boca duas afirmativas que jamais fiz neste Plenário. Em segundo lugar, gostaria de dizer que entendo perfeitamente a alegoria que o Deputado Roberto Jefferson exprime quando sobe a esta tribuna. S. Ex^a é um homem de comunicação, é um *show man*, e confunde a tribuna do povo com o seu programa *O Povo na TV*, que, acredito, deve ter-lhe rendido não só bons cruzeiros, mas também muitos bons votos. S. Ex^a, de repente, faz essa confusão, pensando estar anunciando, para os telespectadores, determinadas charadas cuja decifração premia com alimentação farta da COBAL durante uma semana.

Nobre Deputado Roberto Jefferson, V. Ex^a critica da tribuna o PMDB por ter mudado o seu discurso, mas se V. Ex^a examinasse os fatos com isenção veria que toda a Nação brasileira mudou com o advento da Nova República.

Agora, nobre Deputado Roberto Jefferson, enquanto o PMDB estava na praça pública clamando por eleições diretas, na campanha das “Diretas Já”, pedindo justiça social para os trabalhadores, V. Ex^a, como brilhante e digno representante do seu partido do Rio de Janeiro, estava nomeando cabos eleitorais do PTB daquele Estado num acordo do seu partido com o Governo do Sr. Delfim Netto, negociando a sorte do trabalhador brasileiro. Enquanto isso, o PMDB estava nas praças públicas, enchendo este Brasil de Norte a Sul com a pregação comandada e capitaneada por Tancredo Neves. Enquanto o PTB de V. Ex^a se banquetava com o Presidente João Figueiredo, o PMDB foi ao povo mostrar que era chegada a hora da grande transformação deste País, e que nós, do PMDB, através dessa mensagem, conseguíamos que este País mudasse de uma maneira pacata, pacífica, sem

que uma gota de sangue sequer manchasse o solo desta Nação. O PTB se juntou ao nosso movimento como passageiro de última hora. Ele participou, isto sim, do Governo passado, indicou presidentes de empresas de economia mista, diretores de grandes companhias de aço, em São Paulo, diretores das CEASAs, COBAL, e, enquanto isso o PMDB estava na praça pública, não aceitou benesses, não recebeu dádivas, não teve cargos na Velha República.

Hoje, S. Ex^a vem a esta tribuna e dá o seu *show*, tentando confundir a liderança do PMDB, o comportamento e a atitude do PMDB. Não temos, nós, no PMDB, a menor preocupação quanto à *performance* de popularidade do Sr. Paulo Salim Maluf: até nos alegra que ele venha a esta tribuna e seja aplaudido pelas galerias. É um colega nosso, é um Parlamentar nosso, parlamentar como nós que está sendo aplaudido e reconhecido por uma atitude, ou por um comportamento adotado. É lamentável que o ex-Governador de São Paulo, candidato derrotado à Presidência da República, só venha merecer os aplausos da Nação brasileira agora. Porque, como sabe muito bem V. Ex^a, no momento em que ele necessitava realmente dos aplausos da Nação brasileira esses aplausos foram dirigidos exatamente a Tancredo Neves e a José Sarney. Sabe V. Ex^a que a Velha República nos deixou um legado maldito, e não vou muito longe, nobre Deputado Roberto Jefferson. Bastaria que se vissem as auditorias feitas na COBAL — que foi, durante algum período, administrada pelo Partido de V. Ex^a — para se ver qual foi o caos, a herança maldita que a Velha República legou ao PMDB. Sabe muito bem V. Ex^a que esta Nova República nasceu, conviveu e sobreviveu a mais de quarenta e cinco dias de UTI, porque foi dito, nobre Deputado Roberto Jefferson, que Tancredo Neves não conseguiu subir a rampa do Palácio do Planalto, mas colocou lá, definitivamente, o povo brasileiro. São palavras de uma conterrânea sua, a atriz Cristiane Torlone, naquela noite de 21 de abril, quando toda a Nação brasileira chorava a perda do grande herói da Nova República.

Ouç o nobre Deputado Roberto Jefferson.

O Sr. Roberto Jefferson — Deputado Heráclito Fortes, vejo, com muita satisfação, que V. Ex^a é assíduo leitor do livro dos Deputados, porque V. Ex^a hoje aqui, pelo menos três vezes, pôde fazer a descrição do passado profissional de deputados com assento nesta Casa. Mas, eu, também, fui lá compulsar o Livro dos Deputados e pude, para surpresa minha, descobrir que V. Ex^a era Deputado da antiga ARENA — hoje PDS — e que na Velha República V. Ex^a ocupou...

O SR. HERÁCLITO FORTES — Três a zero.

O Sr. Roberto Jefferson — ... está lá no Livro dos Deputados — a Assessoria da Presidência do INCRA e a Assessoria da Presidência da EBTU, sob a égide dos Governos Figueiredo e Geisel. Quando V. Ex^a invoca a imagem de Cristiane Torlone, artista, para vinculá-la, com muita honra, a Tancredo Neves, comete uma injustiça contra este parlamentar, porque em momento nenhum fiz acusações de caráter pessoal a ninguém do PMDB. E V. Ex^a aborda uma atividade paralela de advogado criminalista, como advogado e jornalista de um programa de televisão, como se fosse um desdouro. V. Ex^a vem à tribuna dizer que tentei fazer aqui um *show* artístico de televisão, quando V. Ex^a sabe que a construção...

O SR. HERÁCLITO FORTES — Quatro a zero que a construção da Aliança Democrática contou, nas praças públicas, com artistas como Wagner Tiso, Milton Nascimento, Cristiane Torlone e Fafá de Belém. Ter participado de um programa jornalístico na televisão, para mim, é motivo de glória e honra. Deputado Heráclito Fortes, V. Ex^a procura agredir o PTB no momento em que faz o cotejo do compromisso que esse partido manteve com o Governo Figueiredo e dos apoios que a candidatura Jânio Quadros hoje detém em São Paulo. Quero lembrar a V. Ex^a, hoje Deputado, Líder do Governo em exercício nesta Casa, não somente pelo voto do seu Partido, que o PMDB usou apoios que, sinceramente, não sei se recomendam — como o ex-Ministro da Justiça Armando Falcão patrocinando a candidatura de Tancredo Neves; Geisel, Presidente ao qual V. Ex^a serviu, hoje ainda na NORQUISA, uma das principais subsidiárias da PE-

TROBRÁS, apoio que foi transferido ao PTB. V. Ex^a tem nos Ministérios, é fácil enumerar, banqueiros, empresários e Parlamentares da Velha República que sempre se colocaram, durante esses vinte anos, contra as teses que o PMDB abraça. O próprio Presidente da República, quando Presidente do PDS — e quero dizer que faço essas colocações porque acho que a crítica de V. Ex^a também atinge a dignidade do Chefe da Nação — presidiu o fechamento de questão a favor do Decreto-lei nº 2.065, do arrocho salarial ao qual V. Ex^a se refere. Deputado Heráclito Fortes, gostaria que V. Ex^a entendesse que, quando faço uma análise do ontem e do hoje do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, estou despidido — e faço esta confissão a V. Ex^a — de qualquer intuito de ferir a dignidade, de atingir a honra de cada Deputado do PMDB. Faço isso — acredito — até numa forma de contribuição, como um dos autores do voto da Aliança Democrática. Confesso a V. Ex^a que, em agosto do ano passado, na residência do Deputado Márcio Macedo, do seu partido e meu companheiro do Rio de Janeiro, reuni-me com o Dr. Tancredo Neves — isto foi em agosto, semanas após a sua renúncia ao Governo de Minas Gerais — para dizer-lhe: “Dr. Tancredo, pode contar com o meu voto.”

O SR. HERÁCLITO FORTES — Agradeço a V. Ex^a

O Sr. Roberto Jefferson — Sinto muita tristeza quando V. Ex^a procura confundir a posição do PTB, que também esteve na praça pública defendendo a tese das diretas-já. V. Ex^a só não encontrou a mim, no seu Estado. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, jamais me furtel, ao lado de líderes de seu partido, de dizer ao povo que eu, Roberto Jefferson, como o PTB, acreditava que a solução era as diretas já. V. Ex^a tergiversou, fez discursos, trilhou caminhos tortuosos, atingiu a dignidade pessoal, escarneceu de Deputados de profissão e, até o momento, não respondeu à crítica programática e doutrinária que este humilde Líder em exercício do PTB fez ao partido de V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o nobre Deputado Roberto Jefferson parece, nos últimos dias, de um mal que até então não conseguia detectar. Não seria eu quem iria aconselhá-lo a usar os aparelhos próprios para melhoria de suas condições auditivas.

O Sr. Roberto Jefferson — V. Ex^a insiste na agressão pessoal.

O SR. HERÁCLITO FORTES — O nobre Deputado Roberto Jefferson primeiro me acusa de ter sido Parlamentar da ARENA. Infelizmente não fui. V. Ex^a mais uma vez se equivoca. V. Ex^a não está hoje num dia feliz; aquela psicose que V. Ex^a vem nutrendo contra o Reverendo Moon naturalmente está fazendo com que o Reverendo se volte contra V. Ex^a, apregoando as condenações da seita.

O Sr. Roberto Jefferson — V. Ex^a está a me lembrar um ditado chinês segundo o qual, quando cessam os argumentos, principiam os insultos. V. Ex^a não tem argumentos que justifiquem a posição programática de seu partido.

O SR. HERÁCLITO FORTES — V. Ex^a ousa fazer uso da tribuna para acusar-me de ter-me voltado contra a classe artística. Não é verdade; apenas digo que V. Ex^a está confundindo esta tribuna com o programa *O povo na TV*, pela maneira pirotécnica com que encena, pela maneira como nega apartes aos seus companheiros. Nobre Deputado, não fugi de maneira alguma ao diálogo com V. Ex^a, mas não venha V. Ex^a dizer que o PTB participou como santinho, como bom samaritano, dessa caminhada de redemocratização nacional, até mesmo porque era conhecido nesta Nação: o PTB era tido como partido regra três do General Golbery do Couto e Silva. V. Ex^a acusa-me, e aí usa a empostação, a entonação do homem de rádio e do homem de televisão para acusar-me de ter participado de Governos. Realmente, nobre Deputado, quero que V. Ex^a saiba que tenho apenas 35 anos. Em nossa geração — que acredito seja também a sua — todos aqueles que não participaram de alguma atividade no setor público deste País foram banidos ou párias do serviço público, o que não ocorreu comigo. Servi, nobre Deputado, a homens honrados. Se V. Ex^a

tiver o cuidado de folhear meu currículo, vai saber que o Deputado Heráclito Fortes, além das pessoas citadas, serviu também a mais quatro Ministros de Estado, todos eles honrados, nenhum envolvido em corrupção. O ex-Ministro Eduardo Portella, baiano, residente no Rio de Janeiro, um liberal. Tenho a impressão de que V. Exª não deveria me condenar por ter sido convocado por este homem para servi-lo. Isso não me diminui; pelo contrário, me engrandece. Servi também ao General Ruben Ludwig, ex-Ministro da Educação, que talvez tenha sido um dos Ministros mais civis daquele Ministério, e V. Exª não vê, na administração do ex-Ministro da Educação, ato algum que desabone sua conduta. Agora, Deputado Roberto Jefferson, não participei de administração da COBAL. Meu partido não participou de administração da COBAL. Servi com muita honra. Não tive os dotes de V. Exª para encantar o público nas câmaras de televisão. Sou menos brilhante e mais humilde.

O Sr. Roberto Jefferson — Absolutamente, V. Exª não foi contratado pela televisão por um descuido, porque V. Exª é um perfeito artista.

O SR. HERÁCLITO FORTES — Há de convir V. Exª que eu também precisei sobreviver durante todos es-

ses anos, pois, filho de funcionário público, não nasci rico. Honrei todos os cargos pelos quais passei, nobre Deputado. A vida de Parlamentar, a vida de homem público, sabe muito bem V. Exª, é translúcida, e tenho muito orgulho de ter servido a esses eminentes brasileiros, como tenho orgulho de não ter votado aqui no Congresso contra o trabalhador brasileiro, de não ter feito acordo com o Palácio do Planalto para votar, embora sendo da oposição, contra as prerrogativas do trabalhador brasileiro. Nobre Deputado Roberto Jefferson, gostaria de parabenizar mais uma vez a V. Exª — e aqui vai alguma crítica — pelo belíssimo trabalho que V. Exª realizou na televisão brasileira. Só tenho que me congratular com V. Exª por seu trabalho, que é limpo e honesto. E V. Exª há de convir que esse trabalho lhe trouxe frutos, pois, de uma maneira direta ou indireta, ele trouxe V. Exª como representante do povo carioca a esta Casa do Congresso. Não sou eu, nobre Deputado, quem iria de encontro a um colega de classe como Chico Buarque de Holanda, de uma Fafá de Belém, Cristiane Torioni, e tantos outros. Não me cometa aqui esta injustiça.

Em respeito a V. Exª, e temeroso de que num próximo aparte V. Exª me lance mais uma acusação que não cometi, vou encerrar o meu discurso.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Passa-se à ORDEM DO DIA

Discussão em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1985-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão do seu Parecer nº 24, de 1985-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.155, de 30 de julho de 1984, que altera os limites do benefício fiscal instituído pelo Decreto-lei nº 1.358, de 12 de novembro de 1974, e dá outras providências.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Sendo evidente a falta de **quorum**, deixa de ser procedida a votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Nada mais havendo que tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000
Ano	Cr\$	6.000
Exemplar avulso	Cr\$	50

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000
Ano	Cr\$	6.000
Exemplar avulso	Cr\$	50

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 07/1.203 — Brasília — DF
CEP 70.160

LEIS COMPLEMENTARES À CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Legislação citada
Histórico
(tramitação legislativa)

3 VOLUMES
1.650
páginas
Preço:
Cr\$ 80.000

Textos das Leis
Complementares
Nºs 1, de 1967, a 48, de 1984

À venda na
Subsecretária de Edições Técnicas
Senado Federal
Anexo I — 22º andar
Praça dos Três Poderes
70.160 — Brasília — DF

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque visado nominal
à Subsecretaria de Edições Técnicas ou de vale postal da EBCT.
Atendemos, também, pelo sistema de reembolso postal.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 85

Está circulando o nº 85 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa, editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 438 páginas, contém as seguintes matérias:

COLABORAÇÃO

Hierarquia entre normas constitucionais — Nelson de Sousa Sampaio

Parlamentarismo vs. Presidencialismo — Manoel de Oliveira Franco Sobrinho

Considerações sobre o federalismo — José Nilo de Castro

O sistema federalista e a integridade do Brasil — Paulo de Figueiredo

Do Estado unitário ao Estado regional — Moacyr Benedicto de Souza

Federalismo e autonomia municipal — Valmir Pontes Filho

Descentralização do Poder: Federação e Município — José Alfredo de Oliveira Baracho

A aplicação extraterritorial de leis nacionais — José Carlos de Magalhães

O controle legislativo dos atos internacionais — Antônio Paulo Cachapuz de Medeiros

Iniciativa de lei complementar de normas gerais de Direito Tributário — Geraldo Ataliba

História e sistema em Teixeira de Freitas — Nelson Saldanha

Teixeira de Freitas e a autonomia das partes no direito internacional privado latino-americano — Jürgen Santleben

Função social da propriedade — Wellington dos Mendes Lopes

A usucapião especial no Brasil: evolução ou descaracterização de um instituto jurídico romano? — Anna Maria Villela

Desapropriação por utilidade pública — Therezinha Lucia Ferreira Cunha

Do registro na desapropriação e aspectos processuais na proposta para uma nova lei — Raimundo Viana

O mérito do ato administrativo perante o Judiciário — José Jappur

Concorrência desleal: a imitação de marca (ou de seu componente) como forma de confusão entre produtos — Carlos Alberto Bittar

Video-clubes, distribuidores, locadores e revendedores de vídeo-cassetes: sua posição frente ao Direito de Autor — Antônio Chaves

La prisión provisional en España y la crisis de una ley socialista — Antonio M^o Lorca Navarrete

DOCUMENTAÇÃO

Constituição Federal e Constituições estaduais — Leyla Castello Branco Rangel

Assinatura para 1985 (nºs 85 a 88): Cr\$ 48.000

À venda na SUBSECRETARIA
DE EDIÇÕES TÉCNICAS
SENADO FEDERAL
— Anexo 1 — 22º andar

Preço
do
exemplar
Cr\$ 12.000

Praça dos Três Poderes
70.160
— BRASÍLIA — DF
Telefone: 211-3578

Encomendas mediante vale postal ou cheque visado pagável em Brasília,
a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.
Atende-se também pelo reembolso postal.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00